



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MARIA LUÍSA PEREIRA ANDERSON

**A MULHER QUILOMBOLA: ANÁLISE DE SUA PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA
NA COMUNIDADE INVERNADA DOS NEGROS/SC, 2003 a 2006.**

**CHAPECÓ
2018**

MARIA LUÍSA PEREIRA ANDERSON

**A MULHER QUILOMBOLA: ANÁLISE DE SUA PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA
NA COMUNIDADE INVERNADA DOS NEGROS/SC, 2003 a 2006.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó.

Orientadora: Profa. Dra. Renilda Vicenzi

CHAPECÓ

2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Anderson, Maria Luísa Pereira

A mulher quilombola: análise de sua participação sócio-política na comunidade Invernada dos Negros/SC, 2003 a 2006. / Maria Luísa Pereira Anderson. -- 2018. 51 f.

Orientadora: Profa. Dra. Renilda Vicenzi.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História-Licenciatura, Chapecó, SC , 2018.

1. Mulheres quilombolas. 2. ARQIN. 3. Invernada dos Negros. I. Vicenzi, Renilda, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MARIA LUISA PEREIRA ANDERSON

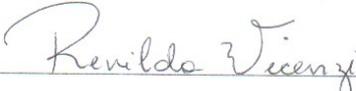
**A MULHER QUILOMBO: análise de sua participação sócio-política na
comunidade Invernada dos Negros/SC, 2003 a 2006**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como
requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul

Este trabalho de conclusão de curso foi apresenta e aprovado pela banca em:

13/12/2018

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Renilda Vicenzi – UFFS

Orientadora



Profª Drª Melina Kleinert Perussatto – UFFS



Profª Esp. Eliane Taffarel - Unochapecó

Em mem3ria de Arthur Pereira Anderson,
querido e amado irm3o.

AGRADECIMENTOS

Acredito que essa seja a parte mais difícil de escrever na monografia. Adianto que é uma tarefa impossível citar todos os nomes das pessoas que participaram da minha vida e de alguma forma me influenciaram no encerramento desse ciclo, porém, deixo claro que cada um dos meus amigos e companheiros nessa jornada que foram importantes para mim, sabem dos meus mais sinceros sentimentos de gratidão.

Começo agradecendo meus pais e porto seguro, Fernanda e Alessandro, que me apoiaram incondicionalmente em todos os momentos da graduação. Obrigada por aguentarem minhas crises existenciais e de ansiedade e por sempre acreditarem em mim. Em especial, agradeço à minha mãe por todos os bilhetes escritos com mensagens de apoio e amor. Vocês dois foram fundamentais para que eu chegasse até aqui, palavras não são fortes o suficiente para descrever o quanto eu agradeço a presença de vocês no meu dia a dia.

Agradeço meu irmão e melhor amigo Felipe, que, mesmo distante, me auxiliou na escrita e revisão deste trabalho, além de ser meu companheiro de séries e maior fonte de força nos momentos difíceis. Ao meu irmão Arthur, a quem dediquei este trabalho e que apesar de não estar comigo fisicamente, me deu forças para continuar e então concluir o curso. O que aprendi com você em vida vou levar para sempre em minhas memórias e coração.

Aos docentes da UFFS que participaram da minha formação, agradeço especialmente à Professora Renilda Vicenzi, por orientar este trabalho e por não permitir que eu desistisse apesar dos diversos obstáculos que enfrentei. Obrigada pelas conversas, por todo conhecimento compartilhado e pelos conselhos que levarei para a vida. Sem o seu apoio professora, eu jamais teria chego até aqui. Do fundo do meu coração, muito obrigada.

Agradeço também à professora Melina Perussato, que me auxiliou desde o início do processo da escrita da monografia. Obrigada por todas as sugestões feitas e por ter participado desse processo comigo, além de todos os momentos de aprendizado que você me proporcionou.

Ao professor Bruno Picolli, que enquanto lecionava aulas no ensino médio, me cativou sobre o ensino e a pesquisa da História. Acredito que se eu não tivesse tido aulas com você, eu jamais teria entrado para essa graduação.

Finalmente, agradeço ao professor Everton Martins, por me ensinar sobre a prática em sala de aula, pelas conversas longas e proveitosas, mas principalmente, pelos “puxões de orelha”. Aprendi da maneira mais dura sobre a realidade escolar, mas graças a você professor, consegui me adaptar e me apaixonar pela minha futura profissão. Meus mais sinceros agradecimentos.

Aos meus queridos amigos que participaram dessa e de muitas outras fases, agradeço especialmente à Clara, minha amiga e irmã de coração, que sempre esteve ao meu lado, acompanhando meus passos e tornando meus dias melhores. Obrigada por fazer parte da minha jornada e por todos esses anos de companhia e amizade. Ao Guilherme, por ser minha inseparável dupla desde a segunda série do Ensino Fundamental e grande amigo, obrigada por ouvir pacientemente todos meus desabaços sobre a faculdade e por sempre ser leal à nossa promessa do Ensino Médio de nunca nos desapegarmos.

Por fim, agradeço ao meu querido Aron. Meu companheiro e grande amigo, obrigados por estar sempre ao meu lado, enfrentando as dificuldades e celebrando os momentos felizes. Serei eternamente grata pelo carinho, amor e companheirismo que você me proporcionou.

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar o protagonismo das mulheres quilombolas nas atas escritas pela Associação Remanescente de Quilombo Invernada dos Negros (ARQIN), associação formada no ano de 2003 por representantes e moradores da comunidade quilombola Invernada dos Negros, localizada nos municípios de Campos Novos e Abdon Batista - Santa Catarina. O foco desta pesquisa é compreender o papel dessas mulheres na comunidade quilombola e identificar sua representatividade e participação nos projetos e atividade de ordem política, social, econômica e cultural protagonizados pelas mesmas. Principalmente tratando da liderança da primeira presidente da Associação e programas e projetos criados em seu mandato, bem como o Grupo de Produção de renda e emprego Damásia Margarida. O trabalho utiliza-se das atas no período de 2003 a 2006, e estas são as fontes que propiciaram adentrar no universo de participação das mulheres negras, nas perspectivas de sua historicidade constituída no pós-abolição.

Palavras-chave: Mulheres quilombolas. ARQIN. Invernada dos Negros.

ABSTRACT

This research proposes to analyze the protagonism of quilombola women in the papers written by the Associação Remanescente de Quilombo Invernada dos Negros (ARQIN), an association formed in 2003 by representatives and residents of the Quilombola community, in the municipalities of Campos Novos and Abdon Batista - Santa Catarina. The focus of this research is to understand the role of these women in the quilombola community and to identify their representativeness and participation in the projects and activities of a political, social, economic and cultural order. Mainly dealing with the leadership of the first president of the Association and programs and projects set up under his mandate, as well as the Group of Production of income and employment Damásia Margarida. The work is used from the papers of 2003 to 2006, and these are the sources that allowed us to enter the universe of participation of black women, in the perspective of their historicity constituted in the post-abolition.

Keywords: Quilombola women. ARQIN. Invernada dos Negros.

LISTA DE FONTES

Ata sem numeração do dia 30 de Novembro de 2003
Ata sem numeração do dia 8 de Fevereiro de 2004
Ata número 04/04 do dia 6 de Julho de 2004
Ata número 05/04 do dia 24 de Julho de 2004
Ata número 06/04 do dia 26 de Agosto de 2004
Ata número 07/04 do dia 29 de Agosto de 2004
Ata número 08/04 do dia 07 de Outubro de 2004
Ata número 09/04 do dia 15 de Outubro de 2004
Ata número 10/04 do dia 03 de Novembro de 2004
Ata número 12/04 do dia 02 de Novembro de 2004
Ata número 13 do dia 18 de Fevereiro de 2005
Ata número 14 do dia 05 de Março de 2005
Ata número 15 do dia 19 de Março de 2005
Ata número 16 do dia 31 de Março de 2005
Ata número 17 do dia 29 de Abril de 2005
Ata número 18 do dia 19 de Julho de 2005
Ata número 19 do dia 24 de Julho de 2005
Ata número 20 do dia 29 de Julho de 2005
Ata número 21 do dia 07 de Agosto de 2005
Ata número 22 do dia 11 de Setembro de 2005
Ata número 23 do dia 23 de Setembro de 2005
Ata número 24 do dia 01 de Outubro de 2005
Ata número 25 do dia 04 de Outubro de 2005
Ata número 26 do dia 15 de Outubro de 2005
Ata número 27 (Sem datação)
Ata número 28 do dia 16 de Outubro de 2005
Ata número 29 do dia 22 de Outubro de 2005
Ata número 30 do dia 02 de Novembro de 2005
Ata número 31 do dia 07 de Dezembro de 2005
Ata número 32 do dia 18 de Dezembro de 2005

Ata número 34 do dia 23 de Dezembro de 2005
Ata número 35 do dia 25 de Janeiro de 2006
Ata número 35 do dia 26 de Janeiro de 2006
Ata número 37 do dia 04 de Fevereiro de 2006
Ata número 38 do dia 04 de Fevereiro de 2006
Ata número 39 do dia 05 de Fevereiro de 2006
Ata número 40 do dia 12 de Fevereiro de 2006
Ata número 41 do dia 23 de Fevereiro de 2006
Ata número 42 do dia 04 de Março de 2006
Ata número 43 do dia 04 de Março de 2006
Ata número 44 do dia 12 de Março de 2006
Ata número 45 do dia 19 de Abril de 2006
Ata número 46 do dia 06 de Maio de 2006
Ata número 47 do dia 07 de Maio de 2006
Ata número 48 do dia 07 de Maio de 2006
Ata número 49 do dia 03 de Junho de 2006
Ata número 50 do dia 18 de Junho de 2006
Ata número 51 do dia 25 de Junho de 2006

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de estruturação das atas. Ata número 18	15
Figura 2 - Cemitério Invernada dos Negros	26
Figura 3 - Dona Angelina Garipuna	34
Figura 4 - Assinatura da Ata número 04/04.....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese do processo histórico da comunidade	30
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ARQIN	Associação Remanescente de Quilombo Invernada dos Negros
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
FBB	Fundação Banco do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MNU	Movimento Negro Unificado
NUER	Núcleo de Identidades e Relações Interétnicas
PPIGRE	Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A LUTA PELA TERRA	19
2.1 O TESTAMENTO E O INÍCIO DA EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS	19
2.2 A RETOMADA DA LUTA DOS LEGATÁRIOS	24
3 MULHERES QUILOMBOLAS: PARTICIPAÇÃO NA ARQIN	31
3.1 A PRESIDENTA ANGELINA	33
3.2 GRUPO DE PRODUÇÃO DE RENDA E EMPREGO DAMÁSIA MARGARIDA ..	41
3.3 RESISTÊNCIA	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Estudar as lutas atuais pelo reconhecimento e legalização de terras quilombolas é adentrar em um espaço de resistência histórica. A História Social do pós-abolição trabalha com indivíduos descendentes de homens e mulheres escravizados e libertos, suas relações sociais com suas comunidades e com a sociedade que a engloba (MATTOS, 2012). Compreender esse passado é fundamental para também entender as disputas políticas, luta e resistência travadas na comunidade quilombola Invernada dos Negros.

Localizada nos municípios de Campos Novos e Abdon Batista no meio oeste catarinense, a comunidade está em processo de regulamentação da sua área tradicional¹, herdada no final do século XIX (1877) por três libertos e oito escravizados, em testamento legado pelo fazendeiro Matheus José de Souza e Oliveira. Quase cinquenta anos após o testamento do falecido fazendeiro e antigo senhor de escravos, a terra chamada de 'Envernada'², foi dividida e grande parte da área vendida para uma empresa madeireira.

Além disso, diversas políticas e ideologias vigentes no final do século XIX e início do XX que visavam o branqueamento da população, através do incentivo da vinda de imigrantes europeus ao Brasil e a venda de terras já ocupadas por populações negras ou indígenas a estes europeus, influenciaram na tentativa de apagamento histórico dessa terra. Além de tolir o direito dos legatários à terra, consequentemente influenciou no pensamento atual e preconceituoso que se tem sobre a ausência da expressividade da cultura afrodescendente em Santa Catarina.

Apesar dessa tentativa de apagamento, em 2003 a comunidade de descendentes dos legatários retomou a luta pela posse das terras. Para dar início no processo legal, formou-se a Associação de Remanescentes de Quilombo Invernada dos Negros (ARQIN), grupo representante frente às questões legais da área e pela busca dos direitos dos quilombolas.

As pautas das reuniões dessa organização e os debates que acontecem nas mesmas reuniões, são registradas de forma manuscrita em cadernos que estão em

¹ Expressão utilizada pela antropóloga Raquel Mombelli (2015) e designa a área originalmente deixada de herança para os ascendentes dos legatários e que hoje formam a atual comunidade quilombola, reconhecidas pela comunidade e pelos estudos antropológicos.

² Termo usado no século XIX para designar terra de campos para criação de animais e produção agrícola.

posse da própria associação. Esse registro escrito sobre ocorrências verificadas e resoluções em assembleias é chamado de ata. Essas atas são estruturadas de forma que primeiramente é escrito o dia e o local em que está sendo realizada a reunião, em seguida os nomes das lideranças que compõem a mesa principal e então descritas as pautas a serem discutidas. Em média, cada ata de reunião fica em torno de duas ou três folhas, pois após a prévia identificação, é descrito todo o debate acerca das mesmas pautas trazidas à associação e o documento é finalizado com as assinaturas de todos os participantes ou ouvintes do dia, em sua maioria quilombolas membros da ARQIN.

Figura 1 - Exemplo de estruturação das atas. Ata número 18

Ata nº 18
 Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e cinco às quatorze horas e quinze minutos. Na Capela (Igreja) Nossa Senhora Aparecida na localidade de Corredora deu-se início a reunião com a presença da Diretora da A.R. & Imunidade dos Negros e comissão. Onde a Dona Angelina Fernandes da Sema fez a abertura da reunião pediu que fizéssemos a oração do Senhor. Ela pediu também a colaboração de todos para continuar lutando. Foram feitos comentários sobre os eventos que aconteceram no mês de junho e que os quilombolas da Imunidade dos Negros participaram. Foi feita uma apresentação sobre a atuação das mulheres quilombolas para a Secretaria Estadual de Educação e Diversidade Étnico-Racial. Onde foram oito pessoas representantes da Imunidade dos Negros. Foi feita uma apresentação sobre a atuação das mulheres quilombolas da Associação das Mulheres Quilombolas.

Fonte: Acervo da ARQIN.

O presente trabalho tem como objetivo, através da análise dos registros das atas de 2003 a 2006 da ARQIN, tornar visível o protagonismo das mulheres quilombolas na luta pela terra através da procura de seus direitos e da conquista de políticas públicas e o manuseio destas em prol da comunidade. O período escolhido

para o estudo se justifica pelo mandato da presidente Angelina Garipuna, liderança feminina da comunidade. As atas entendidas como fontes históricas (BACELLAR, 2000) nos possibilita pensar acerca das relações intrínsecas e extrínsecas de sua escrita.

Optamos por não adentrar nas relações e disputas de gênero na comunidade, pois objetivamos ao estudar a comunidade enquanto coletivo e agentes sociais, capazes de realizar mudanças através de sua organização para a busca de políticas públicas e a efetividade de seus direitos enquanto cidadãos brasileiros.

No total, são cinquenta e três atas analisadas, disponibilizadas pelo acervo particular da ARQIN. A metodologia escolhida para a análise desses registros é encará-los como documentos históricos textuais (BARROS, 2012), estruturados como arquivos cartoriais, devido seu propósito de registro civil e social das demandas e necessidades de um grupo.

O desejo de estudar o papel dessas mulheres nasceu a partir da participação em um projeto de pesquisa realizado no período de agosto de 2016 a julho de 2017, intitulado “Terra e cidadania na comunidade remanescente quilombola Invernada dos Negros, Campos Novos/Abdon Batista – SC”, orientada pela Profa. Dra. Renilda Vicenzi e institucionalizada na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A pesquisa utilizava como fonte os registros das mesmas atas que são utilizadas no presente trabalho e a partir da análise e fichamento das mesmas, foi possível perceber a presença de diferentes mulheres nas reuniões organizadas pela ARQIN.

Além de apenas suas presenças, essas mesmas mulheres, participavam ativamente das discussões legais de todo o processo de reconhecimento e regulamentação das terras, desde o período em que estas foram desapropriadas e até a atualidade enquanto, aos poucos, estão voltando para a posse dos legítimos herdeiros, os legatários quilombolas. Elas demonstraram protagonismo quanto às decisões tomadas em prol da comunidade, geralmente relacionadas à busca pelos seus direitos enquanto descendentes e herdeiras legais dos oito mil hectares deixados em testamento e à procura e concretização de políticas públicas na comunidade.

Estudamos o papel que essas mulheres exercem na comunidade, sua participação nas reuniões da associação e também quem são elas. As mulheres negras quilombolas da comunidade Invernada dos Negros, a partir de uma análise preliminar de nossa fonte de pesquisa, podem ser identificadas como lideranças,

pois também são responsáveis por encaminhamentos e decisões que dizem a todos na comunidade. Para Monteiro:

Essas mulheres ocupam cargos de poder e de decisão nos territórios nos quais atuam. [...] Ser liderança e estar liderança nessas comunidades não significa necessariamente exercer um cargo dentro do quadro administrativo das associações. Ser liderança comunitária significa muito mais que administrar as associações, significa estar disposta a lutar por terra, por saúde, por educação, por melhores condições de vida, direitos que lhes foram negados historicamente. (MONTEIRO, 2014, p.1741-1742).

A partir das atas identificamos os espaços de atuação ocupados pelas mulheres quilombolas enquanto participantes de uma associação comunitária legalmente constituída. Independente do fato de elas ocuparem cargos administrativos na ARQIN ou não, a expressividade e a influência dessas mulheres nas decisões tomadas são relevantes para a identificação do seu papel como lideranças comunitárias.

Estruturamos este trabalho em dois capítulos, sendo que o primeiro aborda através de pesquisa histórica e bibliográfica a criação da ARQIN no contexto de comunidade quilombola do pós-abolição (RIOS; MATTOS, 2004). A criação da associação é de extrema importância para a organização da luta quilombola pela regulamentação fundiária, por isso, serão analisadas as primeiras atas que descrevem esse processo, escritas no ano de 2003. Apesar de termos acesso a textos que trabalham com esse assunto, como o Relatório Antropológico escrito por Raquel Mombelli e José Bento e publicado pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina/NUER (2006), nosso objetivo é entender como esse mesmo processo de criação se deu a partir das atas escritas na comunidade.

O segundo capítulo terá como enfoque as representações das mulheres negras quilombolas nas atas 2003 a 2006, após a criação efetiva da ARQIN. Para compreendermos o protagonismo e presença dessas mulheres na comunidade, enfocamos na primeira liderança efetiva da associação compreendida no papel de presidente, as ações que organizaram as lutas da comunidade pelo direito às políticas públicas e o início do reconhecimento legal das terras que foram realizados no mandato da d. Angelina Garipuna. As mulheres que participaram em papéis de liderança durante esse período serão identificadas, bem como os cargos que ocupam dentro da associação e a participação expressiva (ou não) delas nas reuniões.

No período do mandato da Dona Angelina foi criado o Grupo de Produção de renda e emprego Damásia Margarida, constituído e liderado por mulheres quilombolas associadas à ARQIN. A partir desse grupo, seus objetivos e principalmente a discussão acerca do momento em que foi formado, poderemos compreender a organização dessas mulheres enquanto coletivo, líderes das mudanças sociopolíticas da comunidade.

Como única fonte histórica utilizada nesse trabalho, as atas serão as intermediárias para compreendermos um processo histórico a partir da visão daqueles que participaram ativamente e protagonizaram a luta pelas terras, os quilombolas da comunidade Invernada dos Negros.

2 A LUTA PELA TERRA

Para compreendermos o momento em que as atas foram escritas, é necessário entender a construção social e histórica da comunidade quilombola Invernada dos Negros. Para isso, será descrito brevemente o processo de legalização das terras, desde o momento em que a comunidade entra em contato com o Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER)³ de Florianópolis pedindo auxílio para a identificação da área como território quilombola.

2.1 O TESTAMENTO E O INÍCIO DA EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS

Ao estudarmos comunidades quilombolas, estamos adentrando em espaços de resistência étnica e de lutas políticas. Apesar do foco desta pesquisa estar relacionado com o presente, é necessário compreender o significado do conceito de quilombo e como se formam as relações sociais e políticas dentro da comunidade e desta com a sociedade externa.

O conceito de quilombo relacionado ao senso comum que ainda encontramos em livros didáticos, atualmente já fora ressemantizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), no qual a associação tenta ressignificar o significado de quilombo para as comunidades atuais, valorizando a sua identidade, o direito ao território e liberdade cultural como bases para a auto atribuição quilombola.

O primeiro conceito citado foi constituído no período colonial brasileiro, sob a administração portuguesa e trata os quilombos como “acampamentos de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (MOMBELLI, 2015, p.138). Essa perspectiva, ainda de acordo com a autora, é problemática por ser uma forma de deslegitimar o movimento social quilombola atual. Utilizado antigamente, esse conceito de quilombo ainda provém base para pensamentos racistas acerca da capacidade de organização política e social que os africanos tinham naquele período e conseqüentemente influencia no tempo presente. Além disso, o conceito histórico

³ O Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas surgiu em novembro de 1986 a partir de um projeto de pesquisa sobre territorialidade negra e invisibilidade no sul do Brasil. Localizado no Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis, o NUER trabalha a mais de 30 anos realizando pesquisas e projetos editoriais voltados sobre populações afro-brasileiras. Mais informações disponíveis em: <http://nuer.ufsc.br/>.

citado não se aplica a diversas comunidades quilombolas reconhecidas atualmente, tendo como exemplo a própria Invernada dos Negros, a qual as terras foram doadas aos legatários negros no período Imperial, sendo assim não contemplada pela questão da fuga de cativos para a formação de um Quilombo.

O conceito histórico e social de Quilombo que é utilizado nesse trabalho se aproxima das seguintes definições:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (ABA, 1994, s/p.).

Da antropóloga Mombelli:

Trata-se de uma estratégia de organização socioterritorial construída para garantir a reprodução social no ambiente hostil e desumano da escravidão que durou até 1888, do trabalho forçado que foi implantado posteriormente e do preconceito racial que vigora até os dias atuais. Onde houve escravidão, surgiram processos de resistência, seja em forma de confronto direto ou como estratégia defensiva à continuada dominação injusta. (MOMBELLI, 2015, p. 138).

Para além, devemos perceber e reconhecer o quilombo⁴ como palco para o movimento social negro que age nas esferas políticas e jurídicas.

Compreendida no espaço territorial de oito mil hectares, a comunidade Invernada dos Negros é localizada no município de Campos Novos e Abdon Batista em Santa Catarina. Apesar do debate acerca da área rural em que a comunidade abrange⁵, no presente trabalho relacionaremos a localização geográfica da comunidade da Invernada dos Negros com a sede do município de Campos Novos, pois os quilombolas, em geral, acessam as estruturas públicas deste município, apesar da invisibilidade histórica sofrida pelos mesmos (LEITE, 1996).

⁴ O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em jun. 2018.

⁵ Ver Lidiane Taffarel (2016). Ela traz a discussão acerca da separação e reconhecimento da cidade de Abdon Batista de Campos Novos e como esse processo poderia se tornar problemático com a regulamentação das terras quilombolas. Porém, as terras foram herdadas por ex-escravos e libertos antes mesmo da criação da cidade Campos Novos, logo o direito legal da terra não seria uma questão discutível.

Deixada de herança para os libertos Margarida, Damásia e Joaquim e para oito indivíduos em condição de escravos sendo eles Domingos, Salvador, Manoel, Francisco, Jeremias, Pedro, Josepha e Ignocencia, a área de quase oito mil hectares era a terça parte da Fazenda São João, propriedade do fazendeiro Matheus José de Souza e Oliveira e de sua esposa Pureza Emília da Silva. Apesar de em 1866 o fazendeiro ter escrito uma Carta de Alforria e esta ter sido também reconhecida legalmente, o testamento datado no ano de 1877, além de deixar de herança as terras já citadas, o senhor Matheus o torna um dispositivo para a legalização da liberdade dos seus escravos. Liberdade esta que para Taffarel (2016) é caracterizada como condicionada, pois, apesar de conceder a liberdade, esta só seria atingida com algumas condições.

O autor Gabriel Aladrén em sua obra “Liberdades Negras nas Paragens do Sul” (2009) trabalha com uma tipologia simplificada em que distingue três diferentes tipos de alforria: a paga, gratuita e a condicionada. Para ele, o significado de alforria condicionada:

[...] presumia, ao menos do ponto de vista dos senhores, que os escravos permanecessem cativos até conseguirem cumprir as condições estipuladas. Um escravo alforriado condicionalmente poderia ser alugado, e, a princípio, o senhor poderia dispor dele bem como entendesse. No entanto, não poderia vendê-lo, a não ser que o escravo não cumprisse as condições estipuladas e o senhor revogasse a alforria. (ALADRÉN, 2009, p. 47-48).

No caso do testamento, uma das condições seria a prestação de serviços dos cativos até o falecimento dos senhores⁶.

Além da liberdade condicionada, o uso das terras e a sua posse também eram definidos por condições no documento testamental reconhecido em cartório, deixando claro que os legatários e seus descendentes não poderiam vender, hipotecar e nem passar para outrem o direito às terras:

Declaro que desses terrenos elles nunca por si nem por seus descendentes poderão vender, hyphotecar, e nem alhear por forma alguma, nem mesmo será sujeito a Inventario, por morte de qualquer delles, visto como elles e seus descendentes são apenas uzufructuarios, e assim irá passando de pais a filhos por morte daquelles que forem fallecendo⁷.

⁶ Apesar de não ter cópia autenticada do testamento em mãos, foi possível ter conhecimento do seu conteúdo através do relatório antropológico de Mombelli e Bento (2006), Mombelli (2015) e das pesquisas de Taffarel (2016) e Taffarel (2016).

⁷ Parte do testamento transcrito por Mombelli (2015, p. 135).

No mesmo ano em que foi escrito e reconhecido o documento, o senhor Matheus José veio a falecer devido a seu estado enfermo, deixando sua viúva d. Pureza Emília da Silva proprietária da terça dívida. Para Vicenzi (2011) a herança do fazendeiro procurou preservar a família e as relações com os escravos, já que a liberdade dos cativos seria apenas concedida com o falecimento da viúva.

É necessário compreender que no momento em que o testamento foi escrito, o tráfico negreiro já era proibido pela legislação escravista brasileira desde 1850, e que, em 1871 também promulgou a Lei do Ventre Livre⁸ que declarava a liberdade de filhos de mulheres escravizadas a partir da data em que foi estabelecida. A pressão para a abolição da escravidão já era sentida pelos senhores, logo, visando firmar contratos com seus cativos, documentos como o citado eram comuns para a manutenção da relação dos senhores com seus escravizados. A própria condição de alforria era uma ferramenta para o estabelecimento dessas relações, que, de acordo com Eliane Taffarel (2016), era uma forma de postergar a liberdade desses sujeitos. A própria prática de doação ou venda de terras era uma ferramenta de manutenção das relações dos senhores com seus cativos. Para Aguilar:

[...] foi uma estratégia utilizada pelos senhores para ascender moralmente sobre seus escravos e criar um corpo de dependentes, sobretudo em momentos finais da escravidão cujo temor era de uma possível falta de trabalhadores desencadeada pela crise do sistema escravista. Para os negros, o que estava em jogo era a utilização desses laços para melhorar a sua própria situação. Possuir ligações com os influentes proprietários poderia ser um passo para a estabilidade do acesso à terra, proteção e ascensão social, confluindo na busca de autonomia e reconhecimento. (AGUILAR, 2012, p. 76).

Apesar do firmamento do testamento, enfatizando a não comercialização das terras, o processo de desapropriação das mesmas se inicia no ano de 1928, a partir de uma ação judicial de divisão das terras movida pelo advogado Henrique Rupp Júnior, que perdurou até o ano de 1940. Rupp parece como representante legal dos herdeiros, os quais em depoimento oral relataram à Mombelli e Bento (2006) que seus descendentes se sentiram enganados quanto ao propósito da ação. Pelo fato de Rupp ser um homem branco de família prestigiada e ter formação em Direito, parte dos herdeiros acreditou na palavra do advogado, que creditava as razões jurídicas do processo na necessidade de tornar a terra legada em propriedade

⁸ Acesso disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm.

privada, já que o usufruto coletivo da mesma não estaria previsto nos códigos da legislação brasileira.

É preciso compreender que a afirmação dos legatários quanto a terem sido ludibriados pelo advogado está relacionada, de acordo com Mombelli e Bento (2006), à “condição desigual de conhecimento ou de informação entre os herdeiros e o advogado” e que “as relações hierarquizadas e os pressupostos de inferioridade entre um grupo e o outro operam como definidores da ação da divisão” (MOMBELLI; BENTO, 2006, p. 94).

A questão da privatização de terras está relacionada à ideologia de branqueamento fomentada no século XIX no Brasil. Baseada em teorias raciais vigentes no período, esta influenciou nas políticas de imigração do país, que valorizavam a chegada de imigrantes europeus brancos e a posse destes de terras para a produção que visava o lucro. Divergindo do modelo de uso coletivo e ocupação de terras das comunidades de descendentes de africanos, em 1850 foi instaurada a Lei de Terras, que regulamentava parâmetros e normas sobre a posse e manutenção de terras públicas e privadas⁹, além de facilitar a compra das mesmas terras por imigrantes. Para Aguilar (2012), antes dessa lei as dificuldades da posse da terra pelos lavradores pobres e ex-cativos já eram significativas, porém, a partir da implementação da Lei de Terras, a formalização jurídica e titulação das terras se tornou ainda mais complicada, já que, de acordo com a autora:

Na base dessa especulação fundiária da terra está a expansão capitalista e o processo de despejo dos ocupantes pelo uso da força. A dificuldade de formalizar a posse do território por parte das camadas sociais mais populares foi utilizada pelos grandes proprietários para pressionar a venda ou expulsá-los da terra que habitavam [...] (AQUILAR, 2012, p. 94).

As terras ocupadas por nacionais¹⁰ foram alvo de ações judiciais para desapossar ou dividir as terras. No caso da Invernada dos Negros, a ação judicial permitiu que o advogado tomasse posse de mais da metade da área das terras, como forma de pagamento dos honorários responsáveis pela ação.

⁹ A Lei das Terras era um instrumento jurídico para discriminar as terras públicas das privadas, além de impedir o acesso à terra devoluta, a não ser via compra. Teria sido um marco jurídico no processo de transição do trabalho escravo para o livre (MOTTA, 2010, p.279).

¹⁰ Termo utilizado para designar povos brasileiros ou mestiços. Como por exemplo os descendentes de africanos ou caboclos (MOMBELLI, 2015).

Como dito anteriormente, os herdeiros questionam a legitimidade do procedimento, que, segundo Bento e Mombelli (2006), teria envolvido a falsificação de assinaturas de herdeiros e a não inclusão de algumas famílias no processo. Processo este que marcou o início da expropriação das terras quilombolas, que após a sua divisão, a parte da terra que foi usurpada pelo advogado como honorários foi imediatamente comercializada, principalmente para companhias madeireiras que estavam se instalando na região.

Na fonte pesquisada – atas – podemos observar depoimentos de quilombolas que rememoram o início do processo da expropriação das terras. Mesmo não especificando nomes e datas, é possível encontrar frases como “queremos as terras que os grandes tiraram de nós”¹¹, as quais expressam os sentimentos dos quilombolas quanto a ação da divisão das terras e a relação de poder estabelecida. A expropriação da terra faz parte das memórias das gerações de quilombolas, bem como a história da escravidão e liberdade de seus antepassados e legatários da terra.

2.2 A RETOMADA DA LUTA DOS LEGATÁRIOS

Adentramos agora em momentos cruciais da História da comunidade quilombola Invernada dos Negros. No início do século XXI, após anos do início do processo de desapropriação das terras, a comunidade retomou a luta das terras herdadas.

Nos anos de 1970, houve uma primeira tentativa de organização por parte dos herdeiros para assegurar seus direitos sobre as terras devido a uma rápida redução da área em que esses viviam. Porém, de acordo com Mombelli (2015), eles foram enganados por agentes externos interessados na vasta área designada, em função principalmente do número incontável de árvores de araucária nascidas no local e que possuíam excelente valor comercial. Esses agentes passaram-se por advogados para ter acesso à documentação pessoal de alguns herdeiros, criando procurações falsas para poder dar origem a um contrato que comercializava as araucárias da área.

É necessário ressaltar que com a retirada e comercialização de um número extremamente significativo de 80 mil pés (MOMBELLI, 2010), os herdeiros não

¹¹ Ata número 35 do ano de 2005.

receberam nenhum pagamento ou indenização pela venda. Nesse momento, se instalaram firmas de celulose na área e a plantação nativa de araucária começou a ser retirada e a *pinus ellioti*, uma espécie de pinheiro, começou a ser plantada no local para a comercialização.

O ano de 2003 foi definitivo para a retomada das discussões acerca da luta pelo direito das terras quilombolas, principalmente para a comunidade Invernada dos Negros. Nesse mesmo ano, agentes ligados aos órgãos públicos da cidade de Campos Novos/SC organizaram uma ação de tombamento de um cemitério localizado dentro da área originalmente quilombola e pertencente aos herdeiros. A prefeitura iniciou o processo de reconhecimento e preservação do cemitério sem os herdeiros terem conhecimento da ação de tombamento. De acordo com Mombelli (2010, p. 81), a ação não considerou o entorno e as práticas relacionadas ao local, que identificou e delimitou uma área de aproximadamente 900 metros quadrados em meio à vasta plantação de *pinus*.

É interessante ressaltar que o Cemitério Invernada representa importância para as relações dos herdeiros com a sua permanência na terra. Nele estão sepultados entes queridos dos quais suas famílias descendem, enterrados por aqueles que permaneceram na terra, mesmo com todas as dificuldades envolvidas da expropriação de seus direitos. Existe um vínculo estreito entre a organização social e histórica da comunidade quanto ao uso e ocupação das terras. Como dito anteriormente, o processo de tombamento do cemitério desconsiderou as relações criadas com o patrimônio, dificultando práticas cotidianas dos quilombolas, como por exemplo, de acordo com Mombelli (2010), os caminhos utilizados para o acesso dos moradores para visita na área tombada.

Figura 2 - Cemitério Invernada dos Negros



Fonte: Acervo do Neabi. – UFFS CHAPECO.

Nota: Foto de Lidiane Taffarel e Eliane Taffarel.

A partir desse fato, no mesmo ano, os quilombolas contataram NUER de Florianópolis através de uma carta, solicitando auxílio sobre a questão das terras, já que em 1996 o NUER já tinha realizado um trabalho pioneiro quanto à delimitação e reconhecimento das terras como negras e quilombolas.

Esse primeiro trabalho do NUER ressaltava a falta de políticas públicas na comunidade. Devido à pouca terra que sobrara para as famílias legatárias morarem, o espaço para prática de agricultura familiar que sustentasse as necessidades dos herdeiros era pequeno, tornando necessário a saída dos mesmos da comunidade para o sustento da família. Além disso, necessidades básicas como luz, moradia e saneamento, eram precárias ou até inexistentes.

Então, alguns anos após esse primeiro relato e o reconhecimento das terras enquanto quilombolas, a comunidade contatou novamente o NUER para solicitar o seu auxílio e com o mesmo dar início à retomada da luta pelas terras:

O contexto político em 2003 – a partir da retomada das discussões em torno do artigo 68 e da necessidade de sua regulamentação – e os casos noticiados de comunidades quilombolas de todo o país, curiosamente “descobertas” pela mídia, impulsionaram a comunidade de Invernada dos Negros a retomar o movimento pela regularização das terras. Em junho de 2003, a comunidade enviou uma carta ao NUER solicitando auxílio para iniciar o processo de regularização das terras herdadas em 1877. (MOMBELLI; BENTO, 2006, p. 21).

Relembrando os conceitos de quilombo norteadores do presente trabalho, percebemos a relação determinante entre a identidade coletiva do grupo e a necessidade da delimitação e reconhecimento dessas terras enquanto comunidade quilombola. Fato que ocorrerá no ano de 2004, após o início do estudo antropológico promovido pela parceria do NUER e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando a Fundação Cultural de Palmares certifica a comunidade como “remanescentes de quilombo”, partindo do princípio da auto identificação da própria comunidade, pautado no decreto 4.887¹².

Para chegar no contexto da auto atribuição, foi necessário por parte dos herdeiros organizar-se enquanto coletivo e criar um grupo que representasse a comunidade frente à burocracia do processo de delimitação fundiária. Em novembro de 2003, logo após o recebimento do certificado expedido pela Fundação Palmares, o processo de constituição da Associação Remanescente de Quilombo Invernada dos Negros se inicia e alguns meses após as primeiras reuniões, é concretizada a criação da ARQIN em 2004.

A primeira ata em que temos acesso data do dia 30 de novembro de 2003 e ilustra o início desse processo, relatando a segunda reunião da constituição da ARQIN. A ata em questão não é numerada e descreve a reunião dos herdeiros na Igreja Nossa Senhora de Aparecida, localizada na comunidade da Corredeira¹³. Os indivíduos presentes na reunião que compõem a mesa são apresentados por José Maria Gonçalves de Lima¹⁴ (senhor Teco Lima), representantes do Movimento Negro Unificado (MNU) de Santa Catarina, os antropólogos Raquel Mombelli e ‘Professor Osvaldo’¹⁵ do NUER/Florianópolis e Angelina Garipuna, mulher quilombola da Invernada dos Negros e representante, nesse momento, de uma comissão criada paralelamente para a elaboração da comissão oficial que representará a Comunidade.

Após a apresentação dos componentes da mesa, o senhor Teco Lima faz um breve discurso sobre a importância da presença do MNU na reunião e descreve esta ao dizer que o MNU é “uma entidade que há 25 anos está na luta do combate ao

¹² Acesso disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm.

¹³ Na área da comunidade quilombola há também as comunidades de Manoel Cândido, Pinheiro Chato e Espigão. Na comunidade da Corredeira está localizado o cemitério.

¹⁴ Iremos identificar o nome dos participantes da ARQIN que contribuem para a pesquisa. Nesse caso, o senhor Teco Lima torna-se futuramente o segundo presidente da Associação, por isso é importante identificá-lo.

¹⁵ Na ata, não tem a identificação do sobrenome do Prof. Osvaldo, logo utilizaremos como eles eram identificados pela comunidade.

racismo no Brasil, entendendo a luta como luta Quilombola”¹⁶. Após isso, é passada a palavra à Raquel Mombelli, que descreve seus estudos sobre a Comunidade Invernada dos Negros e informa a importância de os herdeiros conversarem com o procurador público Maurício T., da Comarca de Joaçaba, sobre suas histórias pessoais ligadas à comunidade e pede para que eles aproveitem para tirar suas dúvidas quanto ao processo de reconhecimento e delimitação fundiário.

Os momentos em que se seguem na ata são relatos de indivíduos presentes na reunião sobre a história da comunidade, logo, faz parte dessa história como e quando as terras foram expropriadas. O primeiro relato é do senhor JP, quando este foi procurado por advogados para a venda de parte das terras, pedindo-lhe sua assinatura para a conclusão do processo de venda. O senhor JP recusou-se de assinar tal documento mesmo que outros herdeiros tenham assinado e os advogados em questão tentaram convencer ele através de um ato coercivo chamando-o de “excluído” do coletivo de herdeiros.

O próximo depoimento é de Angelina Garipuna, que após saudar a mesa faz um breve discurso sobre a sua identidade e o objetivo da criação da ARQIN, além de relatar sobre os herdeiros que deixaram as terras, mas que continuam sendo quilombolas e participantes da comunidade:

Somos tudo negros e que estamos aqui para lutar pelo o que é nosso, não queremos nada que seja dos outros. Muito do povo da Corredeira pode dizer que passamos necessidades que não era preciso os letrados enganarem nosso povo, [...] mas nós não podemos desistir, sozinhos nós não vamos garantir nada, mas temos muitas pessoas que pode nos ajudar. Estamos espalhados por todo lugar, aqui, em Florianópolis, Joaçaba e muito mais.¹⁷

Em seguida, a senhora “M. Garipuna”¹⁸ relata sobre a venda injusta das terras ao dizer que “muitos venderam as terras por quase nada ou por um pouquinho só”, relata sobre a saída de vários herdeiros da terra e finaliza dizendo que ela “não vai desistir, se vão os velhos e ficam os novos aqui para lutar”.

Outras mulheres quilombolas compartilham seus relatos e pensamentos sobre a retomada da luta pelas terras que lhe são direito. No caso, vale ressaltar,

¹⁶ Primeira página, ata sem identificação. Os trechos retirados das atas terão algumas correções ortográficas para melhor compreensão.

¹⁷ Terceira página da ata. Ata sem identificação.

¹⁸ Não foi possível compreender completamente o nome escrito na ata, por isso ela será identificada pela letra inicial do nome e o sobrenome.

dentre os depoimentos presentes nessa primeira ata, em grande maioria são relatos realizados por mulheres, além de que o sobrenome 'Garipuna' que aparece com frequência maior entre os nomes das depoentes. Ressalta-se a origem desse e de outros sobrenomes existentes na comunidade atualmente, como Souza e Fernandes que, de acordo com Mombelli e Bento (2006, p. 42) surgiram através da formação dos núcleos familiares e da adoção desses sobrenomes pelo casamento. No caso, o núcleo familiar 'Garipuna'¹⁹ surgiu através do casamento de Damásia Maria de Souza com Deocleociano Caripuna em 1878.

A reunião continua com questões relacionadas à permanência das terras dos quilombolas que ainda as ocupam e dúvidas como será o processo de legalização fundiário. É importante ressaltar que os indivíduos quilombolas presentes questionam também sobre o estudo realizado pela NUER na Invernada dos Negros. Questionam no sentido de tirar dúvidas sobre o assunto, por exemplo, sobre a questão das escrituras das terras e como será feita a divisão quando o processo de titulação terminar.

Outro fator importante discutido na reunião é a presença da Empresa Iguazu nas terras e que a mesma empresa, através de advogados, tem apresentado ameaças e repressão aos quilombolas. Além de ressaltarem em diversos momentos a importância da união da comunidade e da realização da Associação, frente à repressão oferecida pela empresa de celulose. Em trecho, um representante do MNU presente na reunião valoriza a organização dos herdeiros enquanto associação quando diz que

[...] tem alguém aqui que tenha o cartão de agricultura familiar? Não porque não estão organizados em uma associação, caso contrário a Iguazu vai continuar pressionando para que vocês saiam daqui e a Invernada dos Negros fique apenas nos livros.²⁰

Após uma votação, a grande maioria presente se demonstra favorável para a criação da Associação, tendo apenas uma abstenção. O senhor Teco Lima então fala sobre a criação de um estatuto para o melhor funcionamento da ARQIN, e, conseqüentemente da formação de uma diretoria capaz de dirigir e representar a

¹⁹ Mais detalhes da genealogia da família Garipuna podem ser encontrados na monografia de Eliane Taffarel (2016).

²⁰ Quarta página da ata. Ata sem identificação.

comunidade. É proposta uma comissão provisória a partir de uma lista de nomes entregue pelo próprio senhor Teco Lima, a qual é analisada em coletivo e aprovada.

A direção provisória é dividida em dois conselhos (um fiscal e um consultivo), uma secretária, coordenação de finanças e membros supletivos de diferentes cargos. Vale ressaltar que nessa ata em que acontecem as votações dos cargos da diretoria, o cargo da presidência da Associação não é relatado. Após a delegação dos cargos ditos anteriormente, a redatora da presente ata reserva-se ao relatar que não haveria nada mais há tratar e em seguida assina seu nome, junto a todos os participantes da reunião.

Apesar desse fato, temos o conhecimento de que Angelina Garipuna foi a primeira presidente da ARQIN. Nas seguintes atas, datadas do ano de 2004 e com a ARQIN já concretizada, a senhora Angelina é descrita a partir de seu cargo na diretoria como presidente da associação.

Para melhor compreensão de todo processo histórico até o momento em que a ARQIN foi criada, elaboramos uma síntese em forma de quadro sistemático do processo histórico linear da comunidade.

Quadro 1 - Síntese do processo histórico da comunidade

Ano	Evento
1877	Testamento de Matheus José de Souza e Oliveira
1928	Início da expropriação das terras
1970	Contrato de Compra e Venda de Araucárias
1996	Primeiro mapeamento das terras feito pelo NUER
2003	Tombamento do Cemitério de Invernada dos Negros
Junho de 2003	Carta ao NUER solicitando o auxílio para a regularização das terras.
Novembro de 2003	Início da constituição da ARQIN
Abril de 2004	Criação efetiva da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo da Invernada dos Negros
Julho de 2004	Entrega da Certidão de reconhecimento como remanescentes de quilombo' pela Fundação Cultural Palmares.

Fonte: Atas da ARQIN. Arquivo da Associação. Elaborado pelo autor (2018).

3 MULHERES QUILOMBOLAS: PARTICIPAÇÃO NA ARQIN

Por que escrevemos sobre mulheres quilombolas? O intuito do presente trabalho é compreender o protagonismo dessas mulheres enquanto agentes sociais, por isso, explicaremos brevemente o recorte de identidade e gênero nos aportando no diálogo com as quilombolas identificadas nesta pesquisa.

Michelle Perrot em sua obra “Minha História das Mulheres” discorre sobre o silêncio e a invisibilidade das mulheres no escrever e estudar História. Para Perrot (2015, p. 24), o espaço destinado às mulheres sempre esteve no âmbito privado, de suas casas ou ambientes que serviam como casa. Ocupar espaços públicos gerava desconforto na sociedade, pois este era destinado aos homens majoritariamente brancos e ia de encontro com a ordem social instituída.

Além do espaço, Perrot (2015, p. 24) critica o silêncio das fontes, nas quais as mulheres se eram retratadas, os observadores ou estudiosos, em sua grande maioria masculinos, dispensavam pouca atenção as mesmas. Falava-se das mulheres, mas estas eram caracterizadas ou descritas de forma generalizada. Apenas na metade do século XX deu-se o advento da História das mulheres, porém centrada na representação e imagem das mulheres brancas europeias e norte-americanas.

Apesar de ser uma importante obra para compreender a disputa de gênero no espaço histórico e historiográfico, a obra de Perrot trabalha a história de gênero sem o recorte racial que nos é importante para compreender as vivências das mulheres negras quilombolas da comunidade Invernada dos Negros. A história dessas mulheres perpassa gerações marcadas pela memória do cativo em um espaço rural. A escravização de seus antepassados não define ou caracteriza completamente quem elas são, porém é parte da sua construção histórica e social enquanto indivíduos e remanescentes de quilombo.

A própria questão do confinamento a determinados espaços da sociedade difere na realidade prática da mulher negra quilombola daqueles que historicamente eram impostos. Apesar do trabalho de Monteiro (2014) se tratar de mulheres quilombolas do vale do Paraíba, aplica-se ao cotidiano das quilombolas da comunidade Invernada dos Negros ao dizer que

[...] constatamos que essas mulheres não atuam somente no espaço doméstico (privado), elas transitam da casa ao roçado e vice e versa. Aliás, quando focamos as comunidades quilombolas na Paraíba, que se configuram territorialmente combinando espaços de uso familiar com os de uso coletivo [...], observamos que, majoritariamente são espaços onde as mulheres desenvolvem tarefas e trabalhos para a reprodução das famílias. (MONTEIRO, 2014, p. 13).

A rememoração do período em que seus antepassados eram cativos não é frequente na fonte estudada, porém, é lembrada em alguns momentos, pois o propósito da existência das atas está na luta pelas terras que foram herdadas por seus ancestrais escravizados ou libertos. Ainda o coletivo de quilombolas que forma a associação, bem como as mulheres, têm consciência histórica de seu passado e prestam homenagens através de relatos sobre o mesmo. Como é o caso do Grupo de Mulheres Quilombola Damásia Margarida, grupo formado por mulheres da associação destinado ao trabalho comunitário, batizado com os nomes da Damásia e da Margarida, libertas e filhas do casal escravizado Josepha e Domingos que receberam as terras por doação.

Para além, o conceito de identidade quilombola está relacionado a este passado, devido à relação de sangue e parentesco com aqueles que legaram as terras. Para Mombelli e Bento (2006),

A Invernada dos Negros possui uma população predominante negra que provém de descendentes de ex-escravos. Sua origem comum fundamenta o processo de luta pela manutenção de suas terras e contra exclusão social sofrida pelas pessoas que compõem a comunidade. (MOMBELLI; BENTO, 2006, p. 25).

Adentrar no universo das as mulheres quilombolas, neste trabalho, é estudar a representação destas no espaço público e seu protagonismo na luta pelas terras que lhe foram desapropriadas. Na fonte as mulheres quilombolas não são silenciadas, elas são protagonistas e líderes de grupos que tem como objetivo melhorar as condições de vida da comunidade e recuperar as terras que lhe pertencem por direito.

Dito isso, compreendemos as diversas vitórias do sexo feminino no campo do estudo histórico e as diferentes dificuldades que o estudo de gênero ainda enfrenta. Porém, não nos cabe apontar estas características nesse trabalho, pois as atas utilizadas como fonte e o objetivo do mesmo trabalho não nos permite aprofundar nesses campos. A escolha pelo recorte “mulher quilombola” se deu pela frequente

presença de mulheres nas reuniões e principalmente pela primeira liderança que presidiu a associação, Angelina Garipuna.

3.1 A PRESIDENTA ANGELINA

Angelina Fernandes da Silva Garipuna foi a primeira presidente da ARQIN. Descendente de seus tataravôs, a africana Josepha e o crioulo Domingos, que eram pais de sua bisavó, a liberta Damásia Maria de Souza, Dona Angelina ou Angela, como é conhecida na comunidade e chamada em algumas atas, é uma liderança para a comunidade na questão das lutas pelas terras e pela busca de políticas públicas e afirmação dos direitos dos quilombolas. Durante dois anos, do período de 2004 a 2006, d. Angelina foi a presidente da associação, sendo considerada até hoje “presidente de honra” pelo seu trabalho na comunidade e ativa participação nos projetos políticos e sociais fomentados no quilombo.

O título dessa parte do trabalho se justifica na própria fonte, em que em alguns momentos d. Angelina era apenas caracterizada como “presidenta”, sem a necessidade de especificar quem era a pessoa por trás do título. Acreditamos que essa palavra perpassa o respeito pelo protagonismo e liderança dessa mulher quilombola diante de sua comunidade e seria interessante homenageá-la dessa forma.

Figura 3 - Dona Angelina Garipuna



Fonte: Acervo pessoal (2018)
Nota: Foto de Maria Luísa Pereira Anderson

Esta mulher, d. Angelina, sendo a primeira presidente da associação, atuou no começo de uma longa luta pelos direitos quilombolas, tanto quanto a devolução das terras aos herdeiros, quanto à luta pela melhoria das condições de vida da comunidade, através da busca de políticas públicas e programas governamentais como o Fome Zero, primeiro programa citado nas atas.

Na primeira ata após a consolidação da diretoria da ARQIN, intitulada Ata 04/04²¹, escrita no dia quatro de julho de 2004, é relatado o início da titulação e demarcação das terras pelo INCRA, que, de acordo com o decreto federal número 4.887/2003²², é a autarquia competente pela titulação das terras quilombolas. Nessa e em outras atas um orador da comunidade – muitas vezes não identificado – relata sobre a demora do processo de demarcação das terras, porém, em diferentes momentos a comunidade ressalta a necessidade de acompanhar de perto o trabalho realizado pelos técnicos do INCRA e quando necessário, pressionar o instituto para que a efetividade do processo seja mostrada.

²¹ O padrão de numeração das atas é modificado no ano seguinte, em 2005.

²² Acesso na íntegra do decreto em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.html.

Para que as terras demarcadas sejam divididas entre os herdeiros quilombolas, é necessário que estes participem ativamente das atividades da associação e efetuem o pagamento da mensalidade nas datas acordadas, pois o cadastramento das famílias quilombolas é necessário para a futura distribuição das terras herdadas dos antepassados escravizados.

A memória do período do cativo é rememorada pelas palavras da presidenta, que caracteriza a primeira geração e para aqueles que foram doadas as terras para os “escravos”²³. O autor Rodrigo Weimer, em seu livro “Felisberta e sua Gente”, que tem como escopo uma comunidade quilombola no estado do Rio Grande do Sul, perpassa a memória da escravidão e como ela se aplica no caso específico da comunidade de Morro Alto. Porém, o uso da memória do cativo pela geração de quilombolas é elucidado ao pensarmos que

[...] a memória da escravidão vem sendo politizada na geração mais recente, em nome de uma luta fundiária e por reconhecimento social. No entanto, procurei demonstrar também que esse engajamento assenta-se em uma grande tradição e cultura políticas [...] (WEIMER, 2015, p. 224).

Dona Angelina utiliza o passado para fomentar a luta da comunidade pela demarcação das terras, além disso, ela utiliza em suas oratórias um discurso marcado pela relação de parentesco e pertencimento dos quilombolas, para mantê-los unidos frente aos desafios do processo de titulação. A presidente ressalta novamente a importância do pagamento das mensalidades da ARQIN e fala sobre o desejo coletivo de mudança social da comunidade e do próprio país:

Salientou-se que a união é o fator decisivo para o sucesso desta jornada. A presidente salientou que graças à ajuda de todos o movimento cresceu. Que a Associação deve continuar sendo paga pelos devidos associados. Praticamente em todos os estados do país há quilombolas, pretende-se construir um novo país²⁴.

A preocupação da presidente Angelina com os pagamentos dos associados se justifica com o seu trabalho na associação. A prestação de contas, a transparência acerca dos gastos e giro de dinheiro dentro da associação são trabalhos pertinentes a quem preside o grupo. Mesmo não sendo uma tarefa mensal e sem um padrão imposto no que relaciona ao período de tempo em que se deve

²³ Ata número 04/04 de julho de 2004.

²⁴ Ata número 05/04 do dia 24 de julho de 2004.

prestar as contas aos associados, nas atas é possível perceber o comprometimento com essas tarefas e a exposição a todos os presentes na reunião.

Apesar de não especificado nas atas, é possível acreditar que a comissão de finanças eleita pela associação auxilie nesse trabalho. As comissões foram formadas logo após a criação da ARQIN, porém, somente na Ata número 08/04 do dia sete de outubro de 2004 podemos conhecer os nomes dos representantes de cada comissão. As comissões da comunidade são divididas por propósitos ou projetos diferentes, tendo como divisória: educação, saúde, moradia, agricultura, justiça e finanças, programa Fome Zero e comunicação. Dentre estas, pudemos identificar mulheres que representaram ou lideraram algumas comissões ou tem cargos na diretoria. São elas: Irene²⁵, membro do conselho fiscal; Sr. Sueli que participa da comissão da saúde; Fátima, membro da comissão do programa Fome Zero; Sr. Nair e Elize, membros da comissão de educação. Porém, é necessário esclarecer que existia certa rotatividade na ocupação dos cargos, sejam eles nas comissões ou diretoria, logo ao decorrer do período do mandato da Dona Angelina, houve mudanças, muitas vezes não explicitadas na fonte.

Vale também ressaltar que Elize e Eli ocupam cargos relacionados a secretaria da ARQIN no período em que Dona Angelina era presidente. Podemos perceber que diferentes pessoas escrevem as atas pela mudança de caligrafia, porém, Elize e Eli geralmente são as responsáveis pela transcrição das mesmas, seguindo o protocolo da escrita das atas e as finalizando com sua assinatura e as demais dos associados presentes.

Como dito anteriormente, as atas são escritas de forma manual, com caneta de tinta azul. No final das atas são recolhidas as assinaturas de todos associados presentes e, encontramos uma ata em específico, em que identificamos quatro assinaturas *in rogo*, ou seja, foi feita a impressão da digital de quatro pessoas em vez de sua assinatura. Geralmente essa ferramenta é utilizada em casos quando as pessoas não sabem escrever seu próprio nome. O que chama a atenção é que foram quatro mulheres²⁶ que deixaram seu registro no papel dessa forma.

²⁵ Optamos por escrever os nomes das mulheres participantes exatamente como estão escritas nas atas, evitando apenas divulgar seus sobrenomes.

²⁶ Isabel, Maria Isolina, Maria Laurina e Eva.

O programa Fome Zero foi o primeiro a ser discutido em reunião pelos associados, desde o início da formação da ARQIN. Quando criadas as comissões de trabalho divididas por temas objetivos, foi criada uma comissão específica para trabalhar com o programa federal, atuando no interior da comunidade através da instrução feita para os quilombolas e no exterior, tratando de cobranças acerca das políticas públicas ofertadas pelo programa. Em diferentes atas vemos o esclarecimento das atividades dessa frente de trabalho, instruindo famílias sobre o programa Bolsa Família e organizando a distribuição de cestas básicas²⁷ na comunidade, destinada às famílias quilombolas. Os relatos sobre o trabalho com esse programa não demonstraram dificuldades nas atas, o que difere sobre a aplicação do programa federal Luz para Todos.

O programa mais debatido no período em que d. Angelina foi presidente, Luz para Todos, foi iniciado em seu período de mandato, porém, apenas foi concluído posteriormente. A associação não organizou uma frente de trabalho específica para tratar sobre este programa, porém, diferentes representantes buscaram se instruir acerca das medidas necessárias para realizar o pedido de atendimento de energia elétrica na comunidade. Após organizarem a documentação necessária e individual de cada família que não tinha acesso à eletricidade, um representante²⁸ da comunidade realizou o cadastramento²⁹ destes na concessionária de energia elétrica que atende o município. No caso da comunidade, foi realizado o cadastramento na unidade elétrica da Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), localizada no município Campos Novos/SC.

Após esse processo, uma equipe de trabalho da CELESC visitou a comunidade para uma avaliação técnica das residências e a partir desta, percebeu-se que as estruturas das casas impossibilitavam a instalação da rede elétrica. Na ata número 19 do dia 24 de julho de 2005, é especificado sobre o impedimento de continuar o projeto, quando um orador diz que “as condições das casas não permitem a instalação de energia elétrica” e que a prioridade da comunidade deve ser “a melhoria das habitações”.

²⁷ Ata Número 14/05, do dia cinco de março de 2005.

²⁸ Não fica claro nas atas quem é o representante que deu início ao processo de cadastramento das famílias.

²⁹ Na ata número 13/05, representantes do programa Luz para Todos participaram da reunião e realizaram alguns cadastros, na mesma, indica-se a concretização do programa na comunidade para o término de 2006.

Tendo essa compreensão, membros da associação entraram em contato com entidades federais e conseguiram o apoio da Caixa Econômica Federal³⁰ para a construção de 76 casas para a comunidade. Com o dinheiro do caixa da ARQIN e o apoio da Caixa, as moradias poderiam ser reformadas ou reconstruídas para permitir o acesso da energia elétrica e melhor condições de vida para os quilombolas. Dona Angelina descreve a estrutura das casas e a dificuldade enfrentada pelos moradores:

Dona Angelina falou que as casas, ou seja, a construção vai começar pelas pessoas mais necessitadas: casas caindo, casas cobertas de lonas, casa que não pode colocar luz porque chove igual lá fora, casa velha em condições precárias que tem deficiente que mora dentro³¹.

De acordo com a fonte, em específico a ata número 20, o programa Luz Para todos foi “iniciado na comunidade”³², porém, não há mais detalhes explicando como se deu o início do processo, devido a descrição das condições das residências da comunidade. Pode-se pensar que o programa iniciou em residências melhor estruturadas e após o reparo e construção de outras, o processo de instalação de energia elétrica continuou.

Acerca das políticas públicas procuradas e implementadas na comunidade, um debate interessante surgiu em uma das reuniões da ARQIN. Quilombolas que moram fora da comunidade, porém participam da associação, questionam porque apenas os moradores locais têm direito a construção de casas novas. Além disso, questiona-se se os esforços da ARQIN não devem ser centrados na luta pela regulação fundiária. Um representante do Ministério Público presente na reunião explica as motivações pela busca das políticas públicas:

[...] o objetivo é a regularização das terras. É essencial permanecer unidos neste objetivo, junto com os processos até chega a titulação das terras, buscamos melhorar a qualidade de vida dos quilombolas através das políticas públicas. Através do programa Luz para todos foi identificado casas que não podem ser instaladas energia elétrica devida as péssimas condições que as mesmas se encontram. Por isso veio para a comunidade o projeto de construção de casas, onde as mesmas podem ser construídas na comunidade, mas somente nos territórios onde os quilombolas estão ocupando³³.

³⁰ Ata número 38 do dia 4 de fevereiro de 2006.

³¹ Ata número 38 do dia 4 de fevereiro de 2006.

³² Ata número 20 do dia 29 de julho de 2005.

³³ Ata número 40 do dia doze de fevereiro de 2005.

A busca por políticas públicas está intrínseca ao acesso a cidadania pela comunidade Invernada dos Negros. Dona Angelina enquanto primeira presidente da ARQIN realizou ou deu início em diversos projetos importantes em conjunto com a comunidade, projetos estes que permitiram um maior alcance dos seus direitos enquanto cidadãos. O direito à luz, alimentação e moradia foram exemplos que vimos serem conquistados ou almeçados no período de 2003 a 2006. Quanto ao acesso à cidadania, Mombelli (2015) diz que

Os atuais processos de reconhecimento de terras quilombolas potencializam as formas de participação das comunidades negras na sociedade, fortalecem as identidades, promovem a cultura afro-brasileira e possibilitam a essas coletividades viverem com autonomia [...]. Os processos de regularização de terras de quilombo representam hoje um instrumento fundamental no combate à discriminação racial e ao acesso à cidadania nesse país (MOMBELLI, 2015, p. 144).

Por ser o início da Associação de Remanescente de Quilombo Invernada dos Negros, esse período foi tumultuoso, devido às diferentes demandas da comunidade quanto à associação comunitária e pelo início do processo de titulação das terras. Entre outros projetos iniciados, temos a proposta de criação de uma rádio comunitária do Quilombo, discutido primeiramente em dezembro de 2005³⁴. Apesar de não concluída no mandato de d. Angelina, o próximo presidente eleito, José Maria Gonçalves de Lima, ou como é conhecido pela comunidade, senhor Teco Lima, segue este e outros projetos.

Outro ponto a ser destacado, é a organização da primeira festa da comunidade realizada na Semana da Consciência Negra, em novembro de 2005³⁵. Com o apoio de comerciantes e empresas locais, a comunidade quilombola Invernada dos Negros realizou a primeira festa, que se tornaria uma tradição nos anos seguintes. Apesar de não ser descrita detalhadamente nas atas, podemos notar um sentimento de satisfação da comunidade quanto à realização do evento.

São pequenas sutilezas, palavras ou expressões que encontramos nas atas e estas nos remetem os sentimentos e momentos em que elas foram escritas. Entre essas sutilezas, compreendemos d. Angelina como uma senhora religiosa, que em diversas reuniões foram iniciadas com uma oração³⁶, além de sempre reiterar a necessidade da união coletiva da comunidade para que os processos judiciais

³⁴ Ata número 31 do dia sete de dezembro de 2005.

³⁵ Ata número 23 do dia 23 de setembro de 2005.

³⁶ Atas número 19 do dia 24 de julho de 2004 e número 43 do dia 4 de março de 2006.

quanto à questão das terras fossem concluídos. Para além, a união era necessária para a resistência frente à repressão sofrida pelos quilombolas.

Como mulher quilombola, ocupou o espaço público da frente de trabalho da comunidade ao mesmo tempo em que lidava com sua vida cotidiana e de sua família. No âmbito doméstico, Angelina Garipuna era dona de casa e trabalhava com agricultura familiar. Na ARQIN, presidente e representante das demandas da comunidade frente às diferentes tentativas de reprimir o movimento. Para Monteiro (2014), mulheres como a d. Angelina

[...] carregam consigo uma história constante de lutas cotidianas que permeiam e permearam as suas vidas, uma história de enfrentamento aos preconceitos sofridos, aos poderes públicos instituídos, aos fazendeiros e ao Estado (MONTEIRO, 2014, p. 1742).

Mesmo após o término de seu mandato, Angelina Garipuna é presente na luta coletiva quilombola, frequentando reuniões seguintes da Associação e participando de outros projetos que perpassam a ARQIN. Entre esses projetos, destacamos o Grupo de Produção de renda e emprego Damásia Margarida, organizado durante o período em que foi presidenta e formado somente por mulheres quilombolas.

3.2 GRUPO DE PRODUÇÃO DE RENDA E EMPREGO DAMÁSIA MARGARIDA

Formado em 2004, o Grupo de Produção de renda e emprego Damásia Margarida ou também como é chamado nas atas como Grupo de Mulheres Quilombolas Damásia Margarida, foi organizado pelas mulheres da ARQIN com o intuito de auxiliar na renda das casas da comunidade através do trabalho coletivo e feminino.

A proposta de formar o grupo surgiu após Eli, uma mulher quilombola da comunidade que acreditamos ser também a secretária da associação, ter participado de uma conferência de Igualdade Racial em Florianópolis³⁷, na qual tomou conhecimento de outras comunidades quilombolas nas quais haviam grupos formados por mulheres com o propósito de produção de renda extra:

Eli passou informes do projeto do MDA para as mulheres quilombolas, falou da surpresa ao perceber que as 21 comunidades que estavam no encontro,

³⁷ Ata Número 19 do dia 24 de julho de 2004. O nome exato da conferência e a data em que ela foi realizada não foram especificadas na ata.

todas já tinham algum projeto iniciado, só a Invernada dos Negros não tem nada iniciado. Falou também da reunião do período da manhã com as mulheres que decidiram trabalhar com os projetos de geração de emprego e renda de: horta, artesanato, padaria. Eli falou, também, que dentro do projeto do MDA, a primeira ação é a formação³⁸.

O projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³⁹ para as mulheres quilombolas faz parte do Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), proposta pelo mesmo órgão governamental. O intuito do projeto é promover o acesso das mulheres, de forma coletiva, às atividades que potencializem a ocupação, produtividade e autonomia das mesmas em prol da comunidade. Através do apoio de políticas públicas e formas de assistência técnica e de crédito, as mulheres organizam-se na produção de produtos locais, selecionados por elas, para a comercialização dos mesmos.

Como dito por Eli, compreendemos que a necessidade de autonomia das mulheres quilombolas não é algo exclusivo da comunidade Invernada dos Negros, Monteiro fala sobre esse mesmo exercício de protagonismo sobre as mulheres do Vale da Paraíba:

Está intrínseca nessas ações a necessidade das mulheres terem mais autonomia e uma fonte de renda para as famílias, mesmo reforçando os tradicionais papéis de gênero. As transformações ocorridas no mundo exterior afetam e também transformam o modo de vida das comunidades quilombolas, e como tal, os espaços de atuação das mulheres quilombolas, que agora abraçam outras lutas, sempre em busca de melhores condições de vida. (MONTEIRO, 2014, p. 1743).

Não sendo um fenômeno isolado, as mulheres ocupam espaços de liderança e através do trabalho coletivo, produzem meios que melhoram as condições de vida de seus núcleos familiares e da comunidade em geral, através da produção de mercadorias e empregos relacionados a comercialização das mesmas.

O Grupo de Produção de renda e emprego Damásia Margarida foi especificamente formado em uma reunião⁴⁰ apenas com mulheres, com a presença de representantes do Movimento Negro Unificado (MNU), mulheres de outras comunidades que relataram suas experiências com seus grupos formados pelo MDA e participantes da diretoria da ARQIN. A quilombola Eli que trouxe em reunião

³⁸ Ata Número 19 do dia 24 de julho de 2004.

³⁹ Para mais informações, acessar <http://sistemas.mda.gov.br/aegre/index.php?sccid=588>.

⁴⁰ Ata número 24 do dia 1 de outubro de 2004.

anterior a pauta da formação do grupo se tornou coordenadora do projeto e abriu a reunião.

A reunião inicia com a discussão acerca de quais produtos serão escolhidos pelas mulheres para sua produção. Vanda, representante do MNU, faz uma fala sobre a importância da criação do grupo e da identificação do mesmo com a história de produção dos quilombos. Além disso, ela ressalta a relevância do trabalho coletivo e da construção da identidade da mulher quilombola.

Sobre a coletividade, as mulheres presentes debatem o seu significado e que este implica em construir em conjunto o sucesso da comunidade e a partir deste trabalho, elas resgatam a forma de produzir dos seus antepassados:

[...] quando pensamos, sentimos e produzimos coletivamente estamos resgatando a forma de produzir das sociedades africanas. A produção das mulheres quilombolas não pode ser a produção da sociedade capitalista e eurocêntrica, tem que estar fundamentada na história do povo negro⁴¹.

A memória para além dos seus antepassados escravizados, alcançando suas origens, se faz presente ao pensar na identidade do trabalho a ser realizado por essas mulheres. Sua herança africana é relatada quando refletem sobre o propósito do grupo e o encaram como uma forma de produção coletiva, realizado para o sucesso do conjunto. O uso da memória para a concepção de uma identidade vai além do uso da mesma pela demanda política presente (WEIMER, 2015, p. 197), a rememoração se relaciona a símbolos do passado que formam vínculos entre essas mulheres no presente.

O próprio processo de escolha do nome do grupo está relacionado a esses símbolos do passado. Damásia e Margarida eram mulheres de gerações passadas, filhas da africana Josepha, e mães de diferentes famílias que se formaram e resistiram no quilombo e também aquelas que foram expropriadas e encontram-se fora de seu território tradicional. A escolha do nome foi feita por votação, as mulheres se reuniram em pequenos grupos e sugeriram possíveis nomenclaturas para o grupo. Outras sugestões chamam a atenção, ao lembrar nomes importantes da História Negra brasileira como Dandara e países do continente africano como Zâmbia.

⁴¹ Ata número 24 do dia 1 de outubro de 2005.

A escolha dos produtos produzidos pelas mulheres aconteceu também de forma democrática. Nesses mesmos grupos, as mulheres escreveram sugestões acerca do que seria manufaturado e em ordem crescente deveriam escolher quais deveriam ter o processo iniciado antes. Entre as diversas propostas, vemos a produção de artesanato, trabalho em uma horta comunitária, sabão e produtos derivados do leite. Por escolha da maioria, o primeiro projeto a ser trabalhado seria o “Gado Leiteiro”, no qual consiste na criação de bovinos para a produção de leite e seus derivados. A preferência pela produção do leite se justifica na ata:

Foi escolhido pelo grupo porque este tipo de produção possibilita que as mulheres trabalhem e cuidem dos serviços da casa e dos filhos. Disseram também que a produção de leite está na história das mulheres das famílias da comunidade. Lembraram que as mães, avós e tias tiravam o leite e faziam o “Camargo”, que era o leite espumado com um pouquinho de café bem forte. Ao tomar o Camargo, iam trabalhar na roça e não precisavam tomar café com mistura, pois alimentava muito bem⁴².

Novamente, a lembrança de seus parentes e antepassados se torna presente nas escolhas pela produção coletiva. A preocupação das mulheres em ter uma renda que possibilita o cuidado com a família e a casa também justifica a prioridade pelo projeto “Gado Leiteiro”. Em segundo lugar, foi escolhido a criação e trabalho na horta, que também permitia o cuidado com o âmbito doméstico simultaneamente com a geração de renda.

A partir da organização do grupo, algumas questões surgem quanto a forma de produção enquanto coletividade. Em uma reunião realizada no dia quinze de outubro de 2005, uma participante do Grupo de Mulheres Damásia Margarida traz para o debate a questão do local em que o gado seria criado. Compreendendo a grande extensão territorial - distância entre as residências - do quilombo Invernada dos Negros, as mulheres veem dificuldade na criação coletiva dos animais. D. Odete, participante do grupo expõe sua opinião sobre a pauta ao dizer que é “inviável cuidar do gado se não for na sua propriedade, pois a casa dela é muito longe”⁴³. Apesar de ter a intenção de realizar todo o processo do projeto em coletividade, compreende-se que a distância entre as moradias era um obstáculo. Para tentar conciliar o propósito do trabalho em conjunto com a questão geográfica

⁴² Ata número 24 do dia 1 de outubro de 2005.

⁴³ Ata número 27 do dia 15 de outubro de 2005.

do Quilombo, formou-se então cinco “núcleos de concentração de produção”⁴⁴ em cada localidade⁴⁵ do território, com o intuito de criar os bovinos separadamente, mas a etapa final do processo de produção, que seria a comercialização do produto, seria feita coletivamente.

Até o final do período em que Dona Angelina foi presidente, o Grupo de Mulheres Damásia Margarida organizou em parceria com representantes do MDA o orçamento necessário para a realização do projeto “Gado Leiteiro”. Alguns obstáculos surgiram na negociação, como a questão da necessidade da associação comunitária representante da comunidade ter no mínimo três anos de fundação e o orçamento feito pela comunidade ultrapassar o valor apresentado pelo MDA. Apesar dos problemas enfrentados no percurso, o grupo procurou através de políticas públicas e parceria com outras entidades, como a Fundação do Banco do Brasil⁴⁶, realizar o projeto.

Vale ressaltar que para além da nossa análise dessas mulheres enquanto lideranças, estas se compreendiam e identificavam-se como protagonistas de seus trabalhos na comunidade. Mesmo com o compromisso do trabalho doméstico e do cuidado com seus familiares, as mulheres quilombolas buscaram autonomia econômica e social ao organizarem-se em um grupo comprometido com a produção de renda e geração de emprego para as mesmas. Em ata, a coordenadora do Grupo de Produção de renda e emprego Damásia Margarida, Eli fala sobre o protagonismo das mulheres quilombolas:

Eli dando prosseguimento faz um histórico da importância do protagonismo das mulheres quilombolas e como estas chegaram ao projeto de Geração de Emprego e Renda de Gado Leiteiro, como resgate da história de produção de seus antepassados e também da importância deste projeto para o problema de sustentabilidade na comunidade é bem sério, e entre as mulheres é ainda maior. Esta é uma possibilidade de construção de dignidade para as mesmas.⁴⁷

As mulheres quilombolas resgataram a memória de suas antepassadas e a partir dessa memória, criaram um grupo que passou a atuar socialmente e economicamente em benefício da comunidade. Essas mulheres aumentaram seu espaço de atuação na comunidade através de sua participação na ARQIN e no

⁴⁴ Ata número 27 do dia 15 de outubro de 2005.

⁴⁵ Os núcleos familiares foram divididos nas regiões de Candidos, Espigão, Ibicuí, Arroio Bonito.

⁴⁶ Ata número 49 do dia 3 de junho de 2006.

⁴⁷ Ata número 49 do dia 3 de junho de 2006.

espaço público do trabalho de produção de leite. Mesmo assim, conciliaram sua vida coletiva com o cuidado de seus lares e famílias, além de participarem cotidianamente da luta pela regularização das terras da Invernada dos Negros. Essas mulheres são protagonistas de suas histórias, bem como do conjunto da comunidade.

3.3 RESISTÊNCIA

As conquistas alcançadas pela comunidade quilombola Invernada dos Negros durante o período de 2003 a 2006 foram consideráveis e de extrema importância para a retomada da luta pela regularização do território quilombola. Apesar disso, o início do processo foi tumultuoso devido à repressão externa sofrida pelos associados e moradores do Quilombo.

Nas reuniões da ARQIN foram relatadas denúncias sobre violências sofridas pelos quilombolas. Por exemplo, na ata número 05/2004, moradores relatam sobre o bloqueio de uma das estradas que servem de caminho para o Cemitério Invernada dos Negros. De acordo com os moradores, parte da estrada foi bloqueada com correntes de ferro e cadeado para impedir a passagem dos quilombolas. Na mesma ata, a diretoria da ARQIN incentiva os associados a denunciarem atos de violência contra os mesmos:

As estradas que foram bloqueadas por correntes, já foram os fatos devidamente denunciados e o argumento principal é o bloqueio de acesso ao Cemitério, está aos cuidados do Ministério público. É preciso tirar o medo de todos os descentes, para assim lutarem por seus direitos⁴⁸.

Outros casos como ameaças diretas aos quilombolas, a presença de pessoas desconhecidas no território e a repressão realizada por funcionários da empresa ou “firma” são relatados. Apesar de não identificar o nome na maioria das reuniões, podemos compreender que a empresa a qual os quilombolas se referem nas atas é a Empresa de Papel e Celulose Iguaçu⁴⁹. As tentativas de reprimir o movimento e o processo de titulação das terras são frequentes e o enfrentamento da comunidade

⁴⁸ Ata número 05/04 do dia 24 de julho de 2004.

⁴⁹ Mombelli e Bento (2006) escreveram sobre a utilização das palavras “firma” e “empresa” pelos quilombolas e que elas se referem a Empresa de Papel e Celulose Iguaçu. A imagem que a firma representa na comunidade remete a representação de colonização e apontada internamente como um divisor de tempos e de mundos. (MOMBELLI; BENTO, 2006, p. 81).

com o exterior se estende até em âmbito político. Nas atas, é relatado sobre esses enfrentamentos:

Teco e Angelina: voltou a repressão e tem funcionário armado proibindo retirada de lenha e motoqueiros armados⁵⁰.

Na fala de abertura dona Angelina denunciou mais uma vez a opressão e a perseguição sofridas pela comunidade pela Empresa⁵¹.

Como relatado na fonte⁵², no ano de 2004 o partido político Partido da Frente Liberal (PFL) – atual Democratas (DEM) – entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto 4.887/03, que regulamenta o procedimento de identificação e titulação das terras de remanescente quilombo. A comunidade Invernada dos Negros, representada pela ARQIN, escreveu uma carta de repúdio ao ato, que seria publicada em jornais locais e repassada oralmente pela rádio que abrange a região.

A organização da comunidade frente aos desafios representa a resistência do movimento quilombola. Enquanto descendentes de africanos escravizados, a história dos quilombos baseia-se no trabalho de permanência e luta pela existência de sua cultura e identidade. O estigma de descendentes de homens e mulheres escravizados transformou-se em memória de resistência ao preconceito sofrido pelos seus antepassados e atualmente pela geração de quilombolas.

O “ser quilombola” implica numa luta cotidiana contra diversas forças exteriores que tentam deslegitimar sua luta e seu passado, porém, resistir a essas investidas se faz necessário para alcançar seus objetivos quanto a conquista de seus direitos e o acesso à terra herdada. Por isso, se faz necessária a rememoração do passado coletivo que liga os quilombolas ao território para reiterar a importância da união da comunidade nesses episódios de enfrentamento.

A participação das mulheres quilombolas no processo de enfrentamento e resistência da comunidade se torna visível pela resistência cotidiana às ameaças sofridas no quilombo pela comunidade externa. Elas continuam participando ativamente das questões sociais e políticas da ARQIN, ocupando espaços públicos e de liderança.

⁵⁰ Ata número 18 do dia 19 de julho de 2005.

⁵¹ Ata número 21 do dia sete de agosto de 2005.

⁵² Ata número 06/04 do dia 26 de agosto de 2004.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Por que estudamos mulheres quilombolas?” A pergunta que deu início ao segundo capítulo deste trabalho pode, nesse momento, ser respondida de forma mais objetiva. Estudamos mulheres quilombolas porque é necessário. Sendo ainda mais específica, estudamos as mulheres quilombolas da comunidade Invernada dos Negros porque sua participação na luta pelas terras é extremamente significativa e para compreender essa luta e o início dela, seria impossível não tratar das lideranças femininas. A partir da análise das atas, compreendemos os papéis de protagonismo exercidos pelas quilombolas na comunidade e como elas se compreendem nesse espaço enquanto mulheres empoderadas.

O presente trabalho se propôs a analisar a participação das mulheres quilombolas nas atas escritas, que relataram diferentes reuniões da Associação de Remanescente de Quilombo Invernada dos Negros durante o período de 2003 a 2006. Adentramos nos espaços de discussão e luta da comunidade Invernada dos Negros, possibilitando uma melhor compreensão do processo de regularização fundiária de um território quilombola a partir da visão dos protagonistas desse processo.

É necessário identificarmos esses protagonistas. No caso da Invernada dos Negros, na formação da ARQIN e nos três anos que se seguiram após esse evento, foi possível visualizar um número expressivo de mulheres que ocuparam cargos dentro da diretoria da associação, além de um número significativo de participantes das reuniões. Mesmo que nem sempre expusessem seus pensamentos, a presença delas, através da assinatura das atas, se torna notória no processo de análise da fonte.

Primeiramente analisamos o contexto histórico da formação do Quilombo, para que compreendêssemos a ligação intrínseca do território com a identidade quilombola e assim a criação da ARQIN, frente de trabalho comunitária e criadora da fonte utilizada no trabalho. A partir deste momento, adentramos aos espaços de debate das pautas pela demanda política da comunidade.

E então, conhecemos Angelina Garipuna, a primeira e única presidente mulher da ARQIN. A partir daí foi possível analisar os diferentes processos de afirmação da cidadania dos quilombolas através da busca por políticas públicas. Nessa busca, nos deparamos com diferentes mulheres quilombolas que lideravam

ou participavam de comissões organizadas com propósitos específicos, como Educação, o Programa Fome Zero, a produção com gado leiteiro. Além disso, a partir de tomar conhecimento da possibilidade de formar um grupo de mulheres com autonomia no processo de geração de renda sem afetar suas tarefas diárias, as mulheres quilombolas da Invernada dos Negros se organizaram para tornar este fato possível.

O Grupo de Produção de renda e emprego Damásia Margarida foi criado no segundo ano do mandato da Dona Angelina e o processo de formação deste grupo nos auxilia a refletir acerca do protagonismo dessas mulheres. Essas mulheres são mães, tias e avós, filhas de antepassados em comum que as uniram com laços de parentesco e identidade. Essas mulheres são donas de casa, nas quais cuidam da manutenção de seus ambientes domésticos e familiares. Porém, além do âmbito doméstico, essas mulheres ocupam o espaço público e coletivo no momento em que participavam das reuniões da associação e trabalhavam com o leite e seus derivados coletivamente. Para além dos papéis impostos ao gênero, elas se mostraram ativas na participação da luta pelas terras e pelo desenvolvimento social e político da comunidade, resistindo em conjunto aos avanços do exterior contra os herdeiros e a busca pelos seus direitos.

Compreendemos que a análise feita sobre a fonte pode ser aprofundada, devido ao número de atas e ao conteúdo que estas carregam. Acreditamos que o objetivo deste trabalho foi alcançado, mas, mesmo assim se torna difícil esgotar essas fontes em especial. É um trabalho que possibilita e necessita de continuação, para compreendermos mais sobre as relações dessas mulheres com os postos de lideranças e outras formas de protagonismo na luta, para além do ambiente da Associação Remanescente de Quilombo Invernada dos Negros.

REFERÊNCIAS

ABA. **Documentos do Grupo de Trabalho sobre as comunidades Negras Rurais**, Boletim Informativo NUER, n. 1, 1994.

AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. **Famílias negras no Planalto Médio do Rio Grande do Sul (1940-1960): terra, migração e relações familiares**. 2012. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de liberdade em Porto Alegre - 1800-1835**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 23-80.

BARROS, José Costa D'assunção. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. **Mouseion**, Canoas, v. 5, n. 12, p.129-159, maio/ago. 2012.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 95-111.

MOMBELLI, Raquel; BENTO, José. Invernada dos negros. In: NÚCLEO DE ESTUDOS DE IDENTIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS. **Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas**. Florianópolis: NUER/UFSC, 2006. p. 19-128.

MOMBELLI, Raquel. Comunidades quilombolas em Santa Catarina: resistência negra e luta pela terra. In: RADIN, José Carlos (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015. p. 130-145.

MOMBELLI, Raquel. O Quilombo Invernada dos Negros (SC). In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al (Org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010. p. 79-89.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. A representatividade e os nomes e significados do trabalho das mulheres quilombolas na Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO - REDOR, 18., 2014, Recife. **Anais**. Recife: Redor, 2014. *Online*. Disponível em: <<http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/2310-4624-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MOTA, Márcia. **Dicionário da terra**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Contexto, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p.170-198, jun. 2004.

TAFFAREL, Lidiane. **Quilombolas**: história e luta pela titulação de seu território, 2003 – tempo presente, Campos Novos/SC. 2016. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2012.

TAFFAREL, Eliane. **Fazenda São João**: liberdade condicionada, testamento e trajetória de ex-cativos. 2016. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

VICENZI, Renilda. Terra e trabalho: herança a libertos e escravos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. *Online*. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312830827_ARQUIVO_Textoanpuh.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

WEIMER, Rodrigo. **Felisberta e sua gente**: consciência histórica e racialização em uma família negra no pó-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.